

FORMULÁRIO DE SUBMISSÃO DE PROGRAMA (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL)

1 – DADOS GERAIS DA PROPOSTA			
NOME DO PROGRAMA:	Programa de Incentivo à Pesquisa, à Extensão e à Inovação da Secretaria de Cultura do Espírito Santo – “ Pensar Cultura”		Versão 1.0
VIGÊNCIA DO PROGRAMA:	2025-2029 (54 meses)		
2 – DEMANDANTE DO PROGRAMA (INSTITUIÇÃO DEMANDANTE)			
INSTITUIÇÃO:	Secretaria de Estado da Cultura	CNPJ:	XX. XXX. XXX/XXXX-XX
2.1 – DADOS DO COORDENADOR DO PROGRAMA			
NOME COMPLETO:	Michele Gasparini de Miranda		
CARGO:	Assessora Especial		
CELULAR:	(27) 992040505	E-MAIL INSTITUCIONAL:	Michele.miranda@secult.es.gov.br
FORMAÇÃO ACADÊMICA:	<input type="checkbox"/> GRADUAÇÃO <input type="checkbox"/> ESPECIALIZAÇÃO <input checked="" type="checkbox"/> MESTRADO <input type="checkbox"/> DOUTORADO		
CV LATTES:	http://lattes.cnpq.br/2536563335798447		
2.2 – COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DE GOVERNANÇA			
<p>O comitê de governança composto por no mínimo 3 membros, sendo um coordenador representante da Instituição Demandante e os demais, representantes de outras instituições ligadas aos objetivos do programa.</p> <p>O comitê de governança é o responsável pela aprovação apenas de projetos/editais que estejam alinhados ao eixo/tema(s) do planejamento estratégico selecionado pelo programa:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) 01 (um) representante da Secult (Presidente do Comitê) b) 01 (um) representante da Secretaria da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional c) 01 (um) representante do Instituto Jones dos Santos Neves 			
2.3 – ATRIBUIÇÕES DO COMITÊ DE GOVERNANÇA			
<p>O Comitê de Governança terá como atribuições fornecer orientação estratégica, revisar o progresso do programa e projetos/editais a ele vinculados, e tomar decisões críticas as quais podem ser, mas não se limitam a elas: Verificar a aderência das propostas de projetos; determinar se a proposta de projeto atende aos objetivos geral e específicos do programa; estabelecer a prioridade dos projetos dentro da carteira de projetos do programa;</p>			

2 – DETALHAMENTO DO PROGRAMA	
NOME DO PROGRAMA:	Programa de Incentivo à Pesquisa, à Extensão e à Inovação da Secretaria de Cultura do Espírito Santo – “ Pensar Cultura”
SELECIONAR UM OU MAIS TEMAS EM APENAS UM EIXO ESTRATÉGICO DO GOVERNO DO ES	
EIXO 1 +QUALIDADE DE VIDA AOS CAPIXABAS	<input checked="" type="checkbox"/> EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER <input type="checkbox"/> SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA <input type="checkbox"/> PROTEÇÃO SOCIAL, SAÚDE E DIREITOS HUMANOS
EIXO 2 +DESENVOLVIMENTO COM SUSTENTABILIDADE	<input type="checkbox"/> AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE <input type="checkbox"/> DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E TURISMO <input type="checkbox"/> INFRAESTRUTURA
EIXO 3 +RESULTADOS PARA OS CAPIXABAS	<input type="checkbox"/> GESTÃO PÚBLICA INOVADORA <input type="checkbox"/> REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

EMPREGO, TRABALHO E RENDA

2.1 – RESUMO (PUBLICÁVEL)

O Programa “Pensar Cultura” (PPC) tem como objetivo impulsionar pesquisas aplicáveis à gestão cultural por meio de evidências científicas, respeitando a diversidade de expressões culturais.

Alinhado ao Plano Estadual de Cultura do Espírito Santo (Lei 10.296/2014), o PPC orienta-se por diretrizes como: fortalecimento da economia criativa; valorização do patrimônio cultural material e imaterial do estado; promoção da cidadania e democratização do acesso aos meios de produção cultural; fomento à cultura nos territórios de vulnerabilidade social; inclusão de grupos minorizados; além do monitoramento e análise de dados sobre o impacto das atividades culturais.

2.2 – JUSTIFICATIVA

A implementação do Programa Pensar Cultura (PPC) representa uma oportunidade estratégica para fortalecer a formulação de políticas públicas culturais no Espírito Santo com base em evidências e dados concretos. Um dos principais desafios enfrentados pelo setor cultural é a manutenção de informações sistematizadas que permitam o planejamento, monitoramento e avaliação de ações de forma contínua e efetiva. Por meio de pesquisas aplicadas, será possível aprimorar e elaborar políticas públicas com base em evidências, direcionar de forma mais eficiente os investimentos.

Por meio de pesquisas aplicadas, o PPC visa aprimorar a elaboração e implementação de políticas públicas, direcionando investimentos de forma mais eficiente e mensurando os impactos sociais, econômicos e simbólicos das iniciativas culturais no Estado. Assim, o programa contribui para o desenvolvimento de estratégias baseadas na realidade local, respeitando a diversidade cultural capixaba e fortalecendo a inclusão de grupos minorizados e territórios vulneráveis.

A implementação do Programa Pensar Cultura (PPC) representa uma oportunidade estratégica para fortalecer a formulação de políticas públicas culturais no Espírito Santo com base em evidências e dados concretos. Um dos principais desafios enfrentados pelo setor cultural é a manutenção de informações sistematizadas que permitam o planejamento, monitoramento e avaliação de ações de forma contínua e efetiva. Por meio de pesquisas aplicadas, será possível aprimorar e elaborar políticas públicas com base em evidências, direcionar de forma mais eficiente os investimentos.

Por meio de pesquisas aplicadas, o PPC visa aprimorar a elaboração e implementação de políticas públicas, direcionando investimentos de forma mais eficiente e mensurando os impactos sociais, econômicos e simbólicos das iniciativas culturais no Estado. Assim, o programa contribui para o desenvolvimento de estratégias baseadas na realidade local, respeitando a diversidade cultural capixaba e fortalecendo a inclusão de grupos minorizados e territórios vulneráveis.

Ao apoiar o monitoramento e a análise de dados sobre o impacto das atividades culturais, o programa impulsiona a construção de políticas públicas mais eficazes, inclusivas e conectadas aos desafios contemporâneos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população capixaba, o desenvolvimento sustentável e o acesso à cultura.

Ao apoiar o monitoramento e a análise de dados sobre o impacto das atividades culturais, o programa impulsiona a construção de políticas públicas mais eficazes, inclusivas e conectadas aos desafios contemporâneos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população capixaba, o desenvolvimento sustentável e o acesso à cultura.

2.3 – OBJETIVO GERAL

Desenvolver e aprimorar, por meio de pesquisas aplicadas e de projetos, metodologias de gestão e de gerenciamento de projetos que permitam aprimorar o desenho, execução e monitoramento de políticas públicas culturais e de estratégias de gestão do Funcultura no Espírito Santo, promovendo o fortalecimento da economia criativa, a valorização do patrimônio cultural e a inclusão sociocultural de grupos minorizados.

2.4 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS PACTUADAS POR CADA OBJETIVO ESPECÍFICO
Sistematizar e analisar dados dos projetos financiados pelo Funcultura no Espírito Santo, para identificar desafios e oportunidades de aprimoramento da gestão do fundo.	Sistematizar dados referente a projetos culturais financiados pelo Funcultura dos últimos 5 anos.
	Promover rodas de escuta anual e devolutiva com os fazedores de cultura e lideranças comunitárias e elaborar um diagnóstico situacional.
	Realizar pelo menos 01 pesquisas aplicadas com foco na diversidade cultural e territorial.
Realizar pesquisas aplicada e projetos voltados à preservação da memória do patrimônio histórico, cultural, artístico e natural do Espírito Santo.	Realizar 01 pesquisa aplicada a plataforma digital à Mídiateca Capixaba
	Sistematizar dados referente a patrimônio histórico e cultural
Realizar pesquisa aplicada e projeto para fomentar o fortalecimento das cadeias produtivas da cultura e melhoria da gestão dos espaços culturais administrados pela Secult	Realizar 01 pesquisa aplicada a Economia Criativa
	Estabelecer rede de parcerias com instituições vinculadas a economia criativa
	Realizar 01 pesquisa aplicada para aprimoramento da gestão e/ou acessibilidade dos espaços culturais estaduais

2.5 – BENEFÍCIOS/RESULTADOS ESPERADOS COM O PROGRAMA

A implementação do Programa Pensar Cultura (PPC) representa uma iniciativa estratégica para o fortalecimento das políticas culturais no Espírito Santo, ao integrar produção de conhecimento, pesquisa aplicada e gestão pública baseada em evidências.

O programa visa qualificar a formulação, execução e avaliação de políticas culturais por meio da sistematização e análise de dados sobre territórios, agentes e práticas culturais locais. Essa abordagem torna as ações culturais mais precisas, eficazes e aderentes à realidade capixaba, promovendo a inclusão sociocultural de grupos historicamente minorizados e a democratização do acesso à cultura.

O PPC também contribui para o fortalecimento da economia criativa, por meio de estudos sobre cadeias produtivas culturais e parcerias com instituições do setor. Ainda, contribuirá para valorização da diversidade cultural e do patrimônio histórico, material e imaterial. As pesquisas contribuem para o reconhecimento da cultura como direito e bem coletivo, fortalecendo identidades e a cidadania cultural.

A modernização da gestão de equipamentos culturais também é uma frente importante do programa, com foco na eficiência, acessibilidade e inclusão desses espaços como polos de convivência e produção cultural.

O PPC apoia diretamente a qualificação da gestão do Funcultura, ao subsidiar o aprimoramento dos critérios de seleção, distribuição de recursos e avaliação de impactos. A ferramenta Mapa Cultural ES, onde os projetos são inscritos, possui riqueza de dados sobre o setor, que será sistematizada e utilizada como fonte estratégica para diagnóstico, planejamento e monitoramento das políticas públicas. Ainda, já está em tramitação articulação com Instituição de Ensino (UFES e IFES), com o objetivo de estabelecer parcerias de pesquisa.

Em síntese, o Pensar Cultura é um programa estruturante que promove políticas mais eficazes, inclusivas e conectadas aos desafios e potencialidades culturais do Espírito Santo.

2.6 – RISCOS, RESTRIÇÕES E VIABILIDADE TÉCNICA

A implementação do Programa Pensar Cultura (PPC) envolve uma série de fatores que devem ser cuidadosamente considerados para garantir sua eficácia e sustentabilidade. Entre esses fatores, destacam-se os riscos e restrições que podem influenciar sua execução, bem como sua viabilidade técnica.

No que se refere aos riscos, um dos principais está relacionado à descontinuidade institucional. Mudanças na gestão pública podem impactar diretamente a priorização política do programa e sua continuidade ao longo do tempo. Como se trata de uma política de médio e longo prazo, sua consolidação depende da manutenção do compromisso institucional com a cultura baseada em evidências. Outro risco importante refere-se às limitações orçamentárias. Apesar de o risco ser considerado moderado, eventuais restrições financeiras podem afetar a contratação de bolsistas, a aquisição de equipamentos e tecnologias, ou mesmo o suporte técnico necessário para a execução das atividades de pesquisa e sistematização de dados. Além disso, o programa apresenta uma certa dependência de parcerias externas, especialmente com instituições da economia criativa e do setor cultural. Atrasos na formalização desses acordos ou na liberação de contrapartidas podem comprometer prazos e a qualidade de algumas entregas.

Quanto às restrições, destaca-se o fato de que o PPC está sujeito às normativas e regulamentações vigentes da administração pública, o que pode limitar a agilidade de certos processos, como contratações, convênios ou compras. Tais procedimentos demandam atenção aos trâmites legais, o que, em determinados contextos, pode representar entraves para a execução plena do programa.

Apesar desses desafios, o PPC apresenta viabilidade técnica sólida. A Secretaria da Cultura conta com uma equipe qualificada de técnicos e pesquisadores, com histórico de atuação em políticas públicas culturais, que contribuirá significativamente para a implementação do programa. No entanto, o êxito do PPC dependerá também do fortalecimento de parcerias institucionais, especialmente com universidades, centros de pesquisa, que contribuam com suporte técnico, científico e metodológico.

Outro aspecto positivo é que o PPC foi desenhado com metodologia flexível e adaptável, o que permite ajustes ao longo de sua execução. Essa característica aumenta a resiliência do programa diante de eventuais imprevistos, possibilitando que suas ações sejam readequadas conforme as necessidades identificadas no processo de implementação. Adicionalmente, o modelo de gestão do PPC está pautado em práticas de monitoramento contínuo e avaliação periódica, o que assegura um acompanhamento sistemático dos resultados e permite a correção de rotas de forma tempestiva. Essa abordagem baseada em evidências garante sustentabilidade institucional do programa.

Em síntese, embora o Programa Pensar Cultura esteja sujeito a alguns riscos e restrições inerentes ao ambiente público e à complexidade de sua proposta, sua estrutura metodológica, o apoio técnico existente e sua capacidade de adaptação conferem a ele alta viabilidade técnica. Com o devido planejamento, articulação institucional e mobilização de recursos, o PPC tem plenas condições de alcançar seus objetivos estratégicos e contribuir de forma significativa para a construção de políticas culturais mais justas, eficazes e sustentáveis no Espírito Santo.

2.7 – ENQUADRAMENTO DOS PROJETOS AO PROGRAMA

Destaca-se que o Programa Pensar Cultura (PPC) foi concebido em alinhamento com as finalidades e atribuições das diversas gerências da Secretaria da Cultura (Secult). O enquadramento constitui a etapa preliminar fundamental do processo, na qual os projetos são propostos pelas áreas técnicas da Secult e passam por uma avaliação prévia realizada pela Coordenação do Programa. Essa análise tem como objetivo verificar a conformidade das propostas com os objetivos específicos do PPC, bem como com os eixos e temas estratégicos do Governo do Estado do Espírito Santo.

Para assegurar a transparência e a coerência técnica dessa etapa, a Coordenação do Programa, com o apoio de sua equipe, aplicará critérios objetivos de avaliação, definidos previamente com base em parâmetros como relevância temática, viabilidade de execução, potencial de impacto, aderência ao escopo de pesquisa e alinhamento institucional.

A partir dessa avaliação técnica, caberá ao nível estratégico do Programa realizar a priorização dos projetos com melhor desempenho nos critérios estabelecidos. Os projetos priorizados serão, então, formalmente submetidos à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes), aprovação das iniciativas selecionadas.

Esse processo de enquadramento observará também as regras e procedimentos estabelecidos na Resolução nº 350, de 24 de fevereiro de 2025 do Conselho Científico-administrativo da FAPES.

2.8 – FORMAS DE REPASSE DOS RECURSOS FINANCEIROS DO PROGRAMA

Os recursos financeiros destinados ao Programa Pensar Cultura (PPC) serão transferidos por meio da descentralização de crédito ao Fundo de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Funcitec), da FAPES, que ficará responsável pela execução financeira do programa.

Os repasses serão realizados individualmente por projeto, o que permitirá um monitoramento mais preciso e eficiente da aplicação dos recursos, garantindo maior transparência e controle. Essa estratégia também assegura a sustentabilidade financeira de cada iniciativa, possibilitando uma gestão adequada, conforme as especificidades e demandas de cada pesquisa aprovada no âmbito do PPC.

2.9 – MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

O Programa Pensar Cultura (PPC) terá um sistema de monitoramento e avaliação do programa, com o objetivo de garantir a coerência entre a execução e os objetivos estratégicos propostos, além de assegurar a efetividade, transparência e sustentabilidade dos resultados. Ao longo dos 54 meses de duração do programa, serão implementados mecanismos contínuos de acompanhamento técnico, financeiro e institucional, com foco na mensuração dos impactos, identificação de riscos e oportunidades de melhoria.

O monitoramento será conduzido de forma periódica e sistemática, com relatórios semestrais e avaliações consolidadas anuais. Esses relatórios contemplarão informações técnicas e financeiras de cada projeto aprovado no âmbito do programa, permitindo uma visão integrada do desempenho do PPC. O foco será na mensuração de indicadores relacionados à produção e aplicação das pesquisas, à articulação entre as gerências da Secult, ao fortalecimento de políticas públicas culturais baseadas em evidências e à integração com os eixos estratégicos do Governo do Estado.

O acompanhamento da utilização dos recursos financeiros será realizado em conformidade com as resoluções do CCAF da FAPES. Cada projeto receberá recursos de forma individualizada.

Todos os relatórios semestrais e anuais serão submetidos à FAPES, contendo análises de desempenho físico-financeiro, alcance de metas pactuadas e recomendações para ajustes.

A avaliação dos benefícios esperados será realizada por meio de instrumentos específicos de mensuração de impacto, com indicadores vinculados a geração e aplicação de conhecimento, valorização da diversidade cultural e territorial, desenvolvimento da economia criativa e aprimoramento da gestão pública e dos espaços culturais,

A verificação da realização dos benefícios será feita anualmente por meio de painéis de avaliação, nos quais representantes da Secult, da FAPES, das instituições parceiras e da sociedade civil poderão analisar os resultados e validar os avanços alcançados.

Para dar suporte técnico ao coordenador do programa, será formada uma equipe de indicadores e registros administrativos.

A transparência dos resultados será assegurada por meio da publicação periódica de indicadores estratégicos e relatórios técnicos, disponibilizados em formato acessível no portal institucional da Secult. Além disso, a cada ciclo anual, será promovido uma avaliação do programa para proposição de melhorias com os demantes de pesquisas e participantes.

Esse modelo de monitoramento e avaliação foi pensado para promover o aprendizado organizacional contínuo, orientar decisões com base em evidências, assegurar a responsabilidade na utilização dos recursos públicos e manter o PPC em alinhamento permanente com as metas estratégicas da política cultural do Espírito Santo. Com isso, pretende-se não apenas garantir a realização dos benefícios esperados ao longo dos 54 meses de execução, mas também consolidar uma base sustentável para sua continuidade e ampliação futura.

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

MICHELE GASPARINI DE MIRANDA
ASSESSOR ESPECIAL NIVEL IV QCE-03
SECULT - SECULT - GOVES
assinado em 10/07/2025 14:53:15 -03:00

FABRÍCIO NORONHA FERNANDES
SECRETARIO DE ESTADO
SECULT - SECULT - GOVES
assinado em 10/07/2025 14:52:54 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 10/07/2025 14:53:15 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por MICHELE GASPARINI DE MIRANDA (ASSESSOR ESPECIAL NIVEL IV QCE-03 - SECULT - SECULT - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-9KKQ0X>